



Tramitação Editorial:

ISSN: **2595-1661**

Data de submissão: **16/10/2020**

Data de reformulação: **10/11/2020**

Data do aceite: **22/11/2020**

DOI: <http://doi.org/10.5281/zenodo.4287497>

Publicado: **2020-11-22**

SÍNDROME DE BURNOUT E READAPTAÇÃO FUNCIONAL EM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

BURNOUT SYNDROME AND FUNCTIONAL READAPTION IN PUBLIC TEACHERS OF THE FEDERAL DISTRICT PUBLIC TEACHING NETWORK

Jose Francisco de Sousa¹

RESUMO

O perfil profissional do professor tem se modificado ao longo do tempo, porém, sua missão continua a mesma: a de educar e a de transmitir conteúdos que foram construídos historicamente. Contudo, após a Revolução Industrial, e mais recentemente, com o aumento da tecnologia e das transformações sociais, os professores têm sofrido bastante com o estresse. A este estresse provocado no trabalho e pelo trabalho, os pesquisadores deram o nome de Síndrome de Burnout (SB). Essa síndrome é caracterizada pelo estresse crônico, contínuo e intenso, pela despersonalização e a reduzida realização profissional. Atinge principalmente profissionais cujas profissões lidam com cuidados. A pesquisa é do tipo quali-quantitativa e foi realizada no final do segundo semestre de 2019 com professores de uma

¹ Formado em História, Letras, Pedagogia, Administração, Direito e Biologia; Especialista em Análise do Comportamento, e Terapia Cognitiva Comportamental, Neurociências, Neurociência e Aprendizagem e Psicologia Clínica. Mestrado: em Educação. Doutorando em Psicologia. Professor da Secretaria de Educação do DF desde 1985, e ex professor de várias Faculdades Particulares do DF. Ex coordenador pedagógico da Faculdade AD1 e Michelangelo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1890-7933>. E-mail: francisco1965@gmail.com

escola de ensino fundamental e outra de ensino médio, com professores que foram readaptados, isto é, professores que por motivo de saúde estão fora da sala de aula e que desenvolvem outras atividades pedagógicas. Para isso, primeiramente foi feito durante o período de um ano, observação direta desses professores, e em seguida, foram convidados para participar da pesquisa, primeiramente respondendo a uma entrevista e em uma segunda fase aplicando um questionário. Antes, porém foi feita uma busca no Portal CAPES utilizando os descritores “Burnout” e “Professor” onde encontramos mais de 1.200 periódicos; posteriormente acrescentou-se outros descritores como “Análise do Comportamento” e “Behaviorismo”, o resultado para períodos foi zero, porém, encontramos uma dissertação de mestrado, de cunho teórico no qual a autora procurou uma definição para Síndrome de Burnout sob a ótica da Análise do Comportamento. Os resultados indicaram que, mesmo readaptados, os professores continuam estressados e que o Programa de Readaptação Funcional, bem como o órgão gestor, não deram continuidade no processo de readaptação, mostrando que estes professores, além da doença pelo qual foi afastado do serviço, adquiriram outras, como a SB, depressão e até doenças físicas. Nesse sentido, podemos concluir que há uma necessidade de se elaborar políticas públicas de combate ao estresse (metacontingência) bem como fazer com que os professores adquiram novos repertórios comportamentais para lidar com as situações no trabalho.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Readaptação Funcional. Professor. Análise do Comportamento. Metacontingências.

ABSTRACT

The professional profile of the teacher has changed over time, however, his mission remains the same to educate and to transmit content that has been historically constructed. However, after the Industrial Revolution, and more recently, with the increase in technology and social change, teachers have suffered greatly from stress. This stress caused at work and by work the researchers called Burnout Syndrome (BS). The syndrome is characterized by chronic, continuous and intense stress, depersonalization and reduced professional achievement. It mainly affects professionals whose professions deal with care. The research is of the quali-quantitative type and was carried out at the end of the second semester of 2019 with teachers from an elementary school and another from high school, with teachers who were readapted, that is, teachers who for health reasons are out of the classroom and develop other pedagogical activities. To do this, they were invited to participate in the research, first by answering an interview and in a second phase by applying a questionnaire. The results indicated that, even when rehabilitated, teachers remain stressed and that the Functional Rehabilitation Program, as well as the management body, did not continue the rehabilitation process, showing that these teachers, in addition to the illness for which they were removed from the service, acquired others, such as BS, depression and other physical illnesses. In this sense, we can conclude that there is a need to develop public policies to combat stress (metacontingency) as well as to make teachers acquire new behavior repertoires to deal with situations at work.

Keywords: Burnout syndrome. Functional Readaptation. Teacher. Behavior Analysis. Metacontingencies.

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho após a Revolução Industrial sofreu várias transformações e com ela, várias doenças laborais (GOMES; THEDIM-COSTA,1997). Quando a burguesia assume o poder e o trabalho manual é substituído pelas manufaturas, ocorre uma grande exploração do trabalho no qual Marx chamou de mais-valia. Alguns anos antes da Revolução Industrial, na Itália, o médico Ramazzini dá aulas cuja matéria intitulava *As Doenças dos Trabalhadores* (2016) que hoje vão desde a tetraplegia (física), até a depressão, a bipolaridade e a depressão, ou seja, as doenças mentais.

Modernamente a saúde mental é entendida como sendo um conjunto de comportamentos de caráter subjetivo que abrange o bem-estar físico e psíquico da pessoa. Abrange a autoeficácia, a autonomia, a competência e a realização das potencialidades da pessoa. Essa concepção de saúde indica que para estar saudável ou não pode ser determinado pelo ambiente, pelo seu repertório comportamental e pelos elementos culturais.

A Organização Mundial de Saúde tem alertado para o surgimento de várias doenças laborais que antes não existiam ou que existiam, mas que não eram tão percebidas ou que ainda não provocavam danos as instituições ou a produtividade, como a depressão e a Síndrome de Burnout (SB). Existem várias definições e conceitos para esta Síndrome, mas a que iremos utilizar é a descrita por Schmitz (2015). Segundo esta autora, a SB é caracterizada por comportamentos fisiológicos como fadiga, sudorese e cansaço, provocando fuga e esquiva. Segundo a autora, pessoas com SB respondem a estímulos relacionados ao trabalho de forma generalizada e dão respostas como esgotamento, irritação, cinismo, irritabilidade e até mesmo agressividade. Com isso, o profissional acometido com a SB evita situações relacionadas ao trabalho e contato com os colegas. O ambiente também influencia porque apresenta caráter aversivo pelas consequências que afetam o trabalhador.

Quando o professor fica doente por um longo período ele passa pelo Programa de Readaptação funcional. Se neste período ele continuar doente, a readaptação pode se transformar em aposentadoria compulsória. Na Secretaria de Educação do DF até o ano de 2018, mais de 2 mil e quinhentos professores foram readaptados, e alguns foram aposentados por invalidez, o que representa um número muito expressivo e gastos para o Governo que tem que contratar novos professores para substituir esses professores. Assim, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar se a readaptação funcional tem desempenhado realmente o seu papel. Para isso, foram escolhidas duas escolas públicas da Secretaria de Estado do DF, uma de ensino médio com mais de 4 mil alunos e outra de ensino fundamental com mais de 1.200 alunos (dados fornecidos pelas respectivas secretarias das escolas).

Os professores da escola de ensino médio foram contatados diretamente e feito o convite, enquanto que os da escola de ensino fundamental, por indicação da supervisão pedagógica da escola. Como o convite foi feito diretamente, não houve a necessidade da pesquisa passar pela Comissão de Ética, mas todos os professores assinaram o termo de Consentimento e Livre Esclarecimento no qual, no ato da assinatura foi explicado que trata-se de uma pesquisa cujos dados serão guardados e utilizados apenas para fins acadêmicos, não haveria nenhum tipo de remuneração

ou ajuda financeira e que a pesquisa fazia parte de uma pesquisa mais ampla que seria a tese de doutorado do autor.

Optamos pela abordagem teórica o Behaviorismo Radical de Skinner e o conceito de metacontigência, conceito novo dentro da Análise do Comportamento e que ainda se encontra em processo de elaborar. Este conceito é útil para entender questões culturais. É uma unidade de análise que inclui uma prática cultural em todas as suas variações, segundo Glenn (1988). E o que seria uma prática cultural? Segundo a autora:

Uma prática cultural é um conjunto de contingências de reforçamento entrelaçadas no qual o comportamento e os produtos comportamentais de cada participante funcionam como eventos ambientais com os quais interage o comportamento de outros indivíduos (GLENN, 1988, p. 167)

Assim, o conceito de metacontigência entrelaçada pode ser útil na interpretação de fenômenos sociais concretos, como é o caso da Síndrome de Burnout (patologia) e a readaptação funcional do professor. Entendemos que o trabalho do professor é uma prática cultural pois depende de outros organismos (alunos; coordenadores; diretores, etc.) além do próprio emissor, tem um reforço cultural (a sociedade em muitos casos elogiam os professores por serem eles os responsáveis pela formação de outros profissionais) e com isso, a longo prazo tem-se um produto agregado que é a transmissão dos conteúdos que foram historicamente construídos. Além do mais, o ato docente, isto é, o de dar aula, incentiva a racionalidade, mas que depende de outros (do Estado, da família, dos próprios alunos), recebendo com isso reforço cultural (recebe um salário e elogios pela competência , e a ideia de que é uma das profissões mais dignas), e um produto agregado que é o fortalecimento da educação do país, fazendo com que outros fatores desencadeiam, como a melhorada da qualidade de vida da população, a conscientização política e social. Nesse sentido, o objetivo desse texto é tentar interpretar dois fenômenos sociais distintos, mas que estão entrelaçados: a SB e a readaptação funcional.

2. SAÚDE MENTAL E TRABALHO DO PROFESSOR

Várias pesquisas indicam uma relação direta entre saúde mental e trabalho (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016; TITTONI; NARDI, 2008) e são unânimes em afirmar que o trabalho já não é mais um local de realização pessoal e nem mesmo de prazer. Órgãos internacionais como a Organização Mundial de Saúde e até mesmo internos, como o Ministério da Saúde do Brasil têm alertado para o adoecimento dos profissionais pela própria natureza do trabalho. A própria OMS estima que 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. Estimativas desse órgão dizem que a cada 40 segundos uma pessoa suicida no mundo e sugere que os países formulem programas e projetos para ajudar pessoas que sofrem de transtorno mentais (WHO, 2010).

No Distrito Federal, em 2008 haviam 28.292 professores ativos (MEDEIROS, 2010). Dez anos depois, o número de professores ativos era de 26.730² e

² Dados fornecidos por Alan Silva Macedo, Gerente de Sistematização e Análise de Informação e Gestão, em outubro de 2018, através do Despacho SEI-GDF SEE/SUGEP/COGEP/DISER/GSAIG de 03 de outubro de 2018, com base na LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI. Acesso em: 05 out.de 2018.

obviamente, o número de alunos aumentou também. Segundo o Censo Escolar de 2018, no DF havia 459.935 turmas de alunos³, ora, se em cada turma tem em média (por baixo) cerca de 35 alunos, o número de alunos é de 16.097.725, se pegarmos esse número, dividido pelo número de professores, daria então cerca de 602 alunos para cada professor. Contudo, este número deve ser relativizado uma vez que os professores-pedagogos que atuam na educação infantil ou nas séries iniciais têm apenas uma única turma, enquanto que professores cujas disciplinas têm uma carga horária pequena, como história, geografia, filosofia, sociologia para completar uma carga horária semanal de 40 horas, têm que ter no mínimo 9 turmas, isto quer dizer que estes professores têm em média 350 alunos.

É sabido que o trabalho do professor não resume a apenas a regência. Sua jornada de trabalho vai além da sala de aula, com planejamento, correções de provas e trabalhos, elaboração e preparação de aulas, etc. Se este profissional for do sexo feminino, as condições de trabalho são piores ainda uma vez que ser mulher e ser professora, implica em uma dupla jornada de trabalho, havendo uma sobrecarga entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional (ZIBETTI; RIBEIRO-PEREIRA, 2010).

Medeiros (2010) em uma pesquisa feita nas então trezes CRE apontou algumas causas da readaptação funcional estavam relacionadas com a depressão. As demais eram de ordem fisiológicas principalmente tendinite e distúrbios da voz.

3. A SAÚDE DOS PROFESSORES E INDICADORES DA SÍNDROME DE BURNOUT

3.1. O TRABALHO DO PROFESSOR E A SÍNDROME DE BURNOUT

A SB em professores é reforçada negativamente pela autoestima que se encontra baixa e desrespeito à categoria, à desvalorização profissional, e a outros fatores, como a falta da união da classe, demonstrada principalmente no interior da própria escola e nas assembleias convocadas pelos sindicatos, às cobranças excessivas e abusivas, às adversidades da escola, à ausência da família e a falta de melhoria nas condições de trabalho (urberização), provocando um forte estresse e desmotivação, conforme figura abaixo:

³ Dados obtidos em consulta a relatórios da Secretaria de Estado de Educação do DF. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/10/2018_PUB_DF_MAT_ETM__Total-DF-LOCAL.pdf>. Acesso em 19 mar. .2020.



Fonte: criado pelo autor.

Além dos fatores acima, ainda podemos citar a constante e rápida transformação do conhecimento e as inovações sociais, provocando no professor ansiedade e uma percepção de inutilidade. Professores novos principalmente aqueles formados após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que de início duravam 3 anos, não são preparados para atuar no magistério. Esses cursos de licenciatura, nem se enquadram nos antigos cursos de licenciatura plena (4 anos) e nem dos de licenciatura curta (3 anos), e muito menos em um tecnológico cuja duração é de 2 a 2 anos e meio. Um professor precisa de tempo para amadurecer, para assimilar o trabalho que é feito em sala de aula e em um curso de três anos não consegue atingir esses objetivos. Nesse sentido, mesmo com a Resolução 2 de 1º. De julho de 2015, no seu § 1º. Do artigo 13 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para formação de professores, estabelecendo o mínimo de 8 semestre e de 3.200 horas para a formação, não conseguiram até hoje alcançar a qualidade na formação dos professores.

3.2. O AMBIENTE DE TRABALHO

O ambiente de trabalho do professor é a escola no seu sentido amplo e a sala de aula o seu lugar natural. O professor pode mudar de escola, mas sempre estará sempre em uma sala de aula. Tanto as escolas públicas como as privadas ultimamente tem sido lugares hostis para o professor, seja pela pressão burocrática, seja pela sua estrutura, ou também pelas próprias condições de trabalho.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) no artigo 67 ao falar sobre a valorização dos profissionais da educação, no inciso VI prevê "condições adequadas de trabalho". E da mesma forma, a Organização Internacional do Trabalho também definiu as condições de trabalho para os professores (OIT,

1984) com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade (GASPARINI *et al.*, 2005). Apesar disso, a realidade encontrada é outra, principalmente por aqueles que atuam na rede pública de ensino. As condições de trabalho são muito precárias, remunerações baixas e salas de aula insalubres, com uma acústica que prejudica a saúde do professor, iluminação inadequada, além de sala de aulas cuja temperatura não é boa. Pesquisadores como Melo (2001) assim se manifesta sobre o assunto:

A mera observância das normas de ergonomia, luminosidade, duração da jornada de trabalho, previstas em lei, não autoriza – por si só – a conclusão por higidez no meio ambiente do trabalho. Um trabalho realizado em condições extremas, estressantes poderá ser tão ou mais danoso ao meio ambiente do trabalho que o labor realizado em condições de potencial perigo físico. O dano à saúde psíquica – por suas peculiaridades- dificilmente tem seu perigo imediato (MELO, 2001, p.76).

Silva e Rosso (2019) apontam como problemas no ambiente de trabalho dos professores em Ponta Grossa no Paraná, a jornada de trabalho, os baixos salários, o excesso de trabalho e o sistema burocrático. Os professores que participaram da pesquisa se queixaram do cansaço, esquecimento, nervosismo, insônia, de azia/queimação, dores dos braços e ombros, dor nas costas, formigamento nas pernas, dor na coluna e inchaço nas pernas, de renite, problemas de pele, redução da visão etc. e somente 10% dos pesquisaram afirmaram estar satisfeitos com a profissão, boa com 20%, razoável com 40% e pouca 30%. Apesar da pesquisa ser recente, não foi citado a questão da violência que tem crescido dentro e fora da escola e que preocupa os professores. Corrobora da mesma ideia, pesquisa realizada por Farias (2009) realizada também em uma escola pública no Nordeste.

Um dos fatores que mais interferem no ambiente escolar é a violência contra os professores e causadores de licenciamento. Melandra *et al.* (2018) em uma pesquisa com professores da rede municipal da região de Londrina no Paraná, 7,9% dos professores entrevistados responderam que tiveram ameaças ou tentativas de violência física no qual os alunos utilizaram armas branca e até mesmo arma de fogo. Segundo os autores

A violência no ambiente escolar representa um grande problema social, especificamente aquela dirigida ao professor. Esse tipo de violência não é captado pelos sistemas tradicionais de informação, o que dificulta o monitoramento da ocorrência deste evento. Assim, pesquisas são necessárias para conhecer a prevalência, características e fatores envolvidos na violência escolar. Um inquérito norte-americano (*The APA Task Force on Violence Directed Against Teachers*) investigou a experiência de violência de 2 mil professores atuantes em vários níveis de ensino (MELANDRA *et al.*, 2018, p.2).

A violência contra professores dentro das escolas é um fenômeno internacional, nem mesmo os países desenvolvidos são isentos desse fenômeno. No Brasil, a violência contra professores corre tanto em escolas públicas municipais como nas estaduais. Além da violência física, outras formas de violência também são encontradas nas escolas, como homofobia, o racismo e outras formas de preconceitos (ABRAMORAY, sem data).

3.3. A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR

Recentemente no mundo capitalista surgiram novas formas de se comunicar – as redes sociais e vários aplicativos que “facilitam” a vida das pessoas; formas modernas de pedir comida e até mesmo de circulação de moedas, com o surgimento de moedas virtuais. Um aplicativo chamado Uber, de origem norte-americana, em 2014 começou a funcionar na cidade do Rio de Janeiro como meio alternativo aos tradicionais táxis, que eram caros.

Análoga a empresa UBER, surge um novo conceito nas relações de trabalho – a *uberização*. Essa ideia surgiu a partir das reflexões de estudiosos da área quando em 2019, um motorista de aplicativo de transporte, de 33 anos, após uma entrega, sofreu um AVC – Acidente Vascular Cerebral. O jovem acabou morrendo. A empresa pelo qual o jovem trabalhava sequer prestou assistência, e nem mesmo dos serviços públicos de saúde (O SAMU, por exemplo). Contudo, antes de falecer, o jovem tentou entrar no carro de outro aplicativo – o UBER, contudo, o motorista dessa empresa não permitiu que o jovem entrasse no seu carro, alegando que ele iria sujar o seu veículo, pois havia urina na sua roupa. Somente duas horas depois, um amigo do jovem o levou para o hospital, mas já era tarde.

Segundo Moreira (2019), a situação vivida pelo jovem traz à tona a fragilidade e riscos decorrentes dos novos modelos de contrato de trabalho, oriundos de dispositivos tecnológicos – o *sharing economy*, ou seja, a economia “colaborativa” ou cultura de compartilhamento (OLIVEIRA, 2019). Nesse modelo de relação de trabalho chama-se “*uberização*” modelo em que há uma intensa exploração da mão-de-obra por parte de algumas pessoas ou de poucas empresas, caracterizada pela ausência de responsabilidade ou obrigação em relação aos seus “colaboradores”. Então, a *uberização* das relações de trabalho nada mais é do que a precarização do trabalho. É um fenômeno que está acontecendo em todo mundo. No Brasil este fenômeno ocorre devido principalmente após a reforma trabalhista ocorrida em 2017 (Lei 13.467 de 2017) que provocou uma queda significativa na economia do país e o aumento do desemprego e dos empregos informais (SCHWARTSMAN, 2019).

A *uberização* mascara as relações assalariadas ao criar um tipo de trabalhador no qual ele pensa que é um empreendedor, mas que na verdade é um trabalhador desprovido de direitos, sendo apenas um prestador de serviços (ANTUNES, 2019). No que diz respeito aos professores, o processo de *uberização* tem início com algumas reformas feitas durante o governo de José Roberto Arruda (2007-2010), que durante o seu governo fez algumas reformas para diminuir os gastos públicos. No que diz respeito aos professores, em especial, os de contrato especial, o governador instalou um novo tipo de contrato temporário: por hora-aula, antes estes professores eram contratados com jornada de trabalho igual aos trabalhadores concursados, isto é, eram contratados por 20 ou 40 horas. Durante seu governo, um professor poderia ser contratado por uma jornada de até 4 horas chegando ao máximo de 40.

A mesma situação é verificada no estado de São Paulo. Segundo Silva (2019), em São Paulo foi criada a figura do professor eventual, um profissional que tem seu vínculo empregatício aquém da precarização do professor temporário. Estes profissionais não têm nenhuma garantia no emprego e sua remuneração é insegura e ao contrário dos professores concursados, não têm um plano de cargos e salários. Esses profissionais desempenham um trabalho intermitente, tipo de trabalho surgido

com a reforma trabalhista de 2017 no qual o contrato de trabalho é feito através de prestação de serviços, com subordinação, mas não é feito um trabalho contínuo, ocorrendo uma alteração de períodos na prestação de serviços e de inatividade, determinado em horas, dias, semanas ou meses, de acordo com os interesses do empregador. Com isso, a contribuição previdenciária, férias e 13º. Salário sejam deficientes e de difícil cálculo (DELGADO, 2017). Estes professores estão diariamente dentro das escolas à espera que um professor falte, e com isso, trabalham nos três turnos diários, contudo, se não houver falta de professor, não há pagamento nesse dia. Recebem por aula dada, sem receber descanso semanal remunerado, férias ou direitos garantidos pelos professores de contrato temporário, e dessa forma “...Torcem para que um professor peça licença superior a dez dias, porque assim podem ter um contrato temporário.” (SOUZA, 2013:221).

Esse tipo de trabalhador tem sido objeto de estudo de vários investigadores (VENCO, 2018, 2019) e todos entendem que este é o auge da precarização do trabalho do professor. São assim, em termos conclusivos, não-professores, ou *lupem-professor* uma vez que devido a caracterização de sua contratação, não podem sequer uma categoria precarização, pois, não têm estabilidade, não recebem salário nem exercem uma profissão (Souza, 2012). Como consequência, a *uberização* leva a intensificação do trabalho e a competição entre os trabalhadores (Pochmann,2016).

A precarização do trabalho docente está tão grande que já é possível contratar professor através de um aplicativo. Recentemente (2020), foi criado o aplicativo *Prof-e*, onde o professor que quiser participar da plataforma paga um valor que varia de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 pela inscrição e cuja hora-aula é a mesma que a unidade de ensino paga para os seus professores efetivos (EXTRA-CLASSE, 2020).

3.4. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO (COPING)

Os estudos sobre o enfrentamento da SB em professores têm aumentado consideravelmente. As estratégias de enfrentamento se referem às ações cognitivas ou comportamentais tomadas no curso de um episódio particular de estresse (RYAN-WENGER, 1992). Dentre as estratégias podemos citar o confronto, o afastamento (com atestado médico), o autocontrole, a busca de suporte social, a aceitação de responsabilidades, a fuga e a esquiva, a resolução de problemas e a reavaliação positiva (CARLOTTO; CÂMARA, 2008). Os professores das escolas públicas, segundo pesquisa de Carloto e Câmara (2008), maior era a exaustão emocional.

Na perspectiva analítico-comportamental a estratégia de enfrentamento da Síndrome de Burnout só tem efeito se o professor adquirir um repertório comportamental capaz de lidar com as situações estressantes, bem como a aquisição de habilidades sociais. As habilidades sociais se referem a uma classe específica de comportamentos que um indivíduo emite para completar uma tarefa social e que lhe permitem lidar de maneira adequada com as demandas psicológicas de situações interpessoais (DEL PRETTE ZAP, DEL PRETTE, 2013; OLAZ, 2011).

Dessa forma, encontramos na literatura pontos comuns no que diz respeito às estratégias de enfrentamento da SB pelos professores. Além do mais, elas são importantes e determinantes para a não evolução da SB. Elas são importantes, contudo se o indivíduo não adquirir um repertório comportamental capaz de lidar com a situação, as estratégias não serão suficientes. Nesse caso, intervenções

terapêuticas são importantes, e estudos indicam que a terapia analítico comportamental e a terapia cognitivo-comportamental são as mais eficazes para esta situação, como afirma Silva *et al.* (2017):

Intervenções com suporte emocional são recomendáveis para os professores, com o intuito de prevenir e utilizar estratégias de enfrentamento das consequências causadas pela SB. (SILVA *et al.*, 2017, p.338)

Por outro lado, professores adotam como estratégia de enfrentamento, o afastamento momentâneo do trabalho, muitas vezes sem acompanhamento psicológico ou psiquiátrico.

3.5. A SB EM PROFESSORES E AS CONSEQUENCIAS PARA A EDUCAÇÃO

Os estudiosos das doenças laborais têm conceituado a SB de diferentes formas de acordo com o ponto de vista de suas abordagens. O primeiro e único conceito sob o enfoque analítico comportamental foi feito através da dissertação de mestrado de Schmitz (2015). Trata-se de um conceito menos mentalista e mais científico possível. Para a construção desse conceito, a autora percorre um percurso metodológico que engloba a revisão da literatura a respeito da SB, no qual identificou o contexto e os comportamentos relacionados com a referida Síndrome para que em seguida pudesse encontrar os principais fatores abordados na literatura. Assim, dessa forma, para Schmitz (2015) começa por identificar as alterações física (problemas cardio-vasculares; distúrbios do sono, problemas gástricos e dores musculares) e as mudanças do repertório comportamental (esgotamento físico e mental, irritação, cinismo, tendência a evitar o trabalho, sentimento de fracasso, tendência a onipotência, dificuldade de encontrar confiança nas outras pessoas e dificuldade de delegar tarefas). Estes foram alguns dos sintomas mais frequentes em pessoas afetadas pela SB.

Alguns padrões comportamentais também foram detectados pela pesquisadora, como a despersonalização (caracterizada pelo cinismo, falta de sensibilidade em relação aos clientes etc) , o baixo envolvimento pessoal no trabalho, a frustração, a exaustão (mental e emocional), a depressão. Mas, o principal ponto de concordância entre os autores diz respeito as alterações comportamentais relacionadas à organização do ambiente de trabalho (trabalho intenso, o funcionamento e organização de um trabalho que muitas vezes é monótono, a falta de controle ambiental, etc. Também segundo a autora, as características pessoais também estavam presentes com pessoas com SB, como excessivo desgaste de energia ou pouco repertório de alguns profissionais, e principalmente o desencontro entre a natureza do trabalho e a natureza da pessoa que realiza o trabalho. Estes são profissionais muito envolvidos com sua profissão. Contudo, quando citado essa característica feita pelo descobridor da Síndrome, o psiquiatra Freudenberg (1974), a autora critica esta perspectiva uma vez que coloca a culpa da doença no trabalhador, enquanto que na verdade, ele seria a vítima (SCHMITZ, 2015, p. 36). Aponta a autora como uma das causas determinantes da SB o ambiente coercitivo (falta de controle, falta de recompensa, excesso de trabalho). Condições antecedentes indicadas para o desenvolvimento da SB foi a presença de um ambiente organizacional conflitante com as necessidades do trabalhador, e as variáveis antecedentes mais comuns foram a sobrecarga de

trabalho, excesso de cobranças e frustrações de expectativas, muito exploradas pela literatura.

Devido a sua grande incidência, SB é reconhecida até mesmo pelos órgãos brasileiros, como o Ministério da Saúde, que através da Portaria 1339/1999 colocou ela na lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. E no CID 10 ela aparece com o código Z73.0, e hoje sendo largamente estudada nas diferentes profissões entre elas, a de professor (CODO, 1999; BENEVIDES-PEREIRA, 2002; CARLOTTO, 2002; VASQUES-MENEZES; SORATTO, 2006).

Professores com Burnout tem efeitos negativos na docência, levando milhares de professores a abandonarem a profissão (Facci,2004; Silva, 2006) e o cansaço físico e mental leva a um comprometimento da qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos. Além disso, podemos citar o alto índice de absenteísmo e o que é grave: a ausência de reflexão crítica sobre a ação profissional (NÓVOA, 1996).

Mas, o que gostaríamos de enfatizar é que, com o crescente absenteísmo, readaptação funcional e muitas vezes aposentadorias por invalidez, os gastos para o Estado são grandes. No caso específico do DF, um professor com uma jornada de 40 horas, inicialmente tem um salário de mais de 5 mil reais. Ora, se todo ano há uma crescente demanda por aposentadorias e readaptação, a oneração é grande.

4. A READAPTAÇÃO FUNCIONAL COMO SOLUÇÃO PARA AMENIZAR A SB

A readaptação funcional é um mecanismo previsto em lei em todas as esferas do serviço público e de todos os poderes e em termos legais, é uma das formas de provimento de cargo para isso, a instituição deverá publicar nos seus Diários Oficiais, contudo no DF, a maioria dos casos é feita simplesmente através de um memorando no qual o serviço médico do órgão indica as restrições dos servidores. Isso explica de certo modo porque no DF não acontece concurso público para prover o cargo que ficou em vacância. E por se tratar em norma prevista em estatutos, seus elementos essenciais são dados por cada membro da federação, sendo comum, muitas vezes que as normas estaduais e municipais repliquem o que está escrito no Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei 8112/90) que no art. 24 define readaptação como a investidura do servidor em cargo e atribuições compatíveis com a limitação que tenha sofrido (física ou mental) que foi verificada por uma junta médica oficial e que passou por um processo acompanhado pelos Programas de Readaptação Funcional.

No Distrito Federal ela é regulamentada pelo art. 277 da Lei Complementar 840 de 2011 que, como falamos anteriormente, apenas reproduz a Lei Federal. O professor quando readaptado e passado pelo Programa de Readaptação Funcional passa a exercer outras funções na sala de leitura (biblioteca), apoio da direção, etc. Não há na legislação do DF algum empecilho que o professor readaptado possa exercer função de direção, vice direção, supervisão ou de coordenação, mas a maioria prefere ficar em outros ambientes. Contudo, ao ser readaptado, no DF, o professor perde o direito de diminuição da sua carga horária em regência quando completa 20 anos de efetivo exercício de magistério, esta redução é apenas para os professores regentes.

Alguns professores relatam que, ao ser readaptado, ao desenvolver um trabalho mais tranquilo, o estresse diminui (o estresse causado pelo contato com alunos). Há inclusive casos de professores que são readaptados três vezes, conforme relato de Nascimento (2017) com professores da educação pública do ensino fundamental no Rio de Janeiro.

A função da readaptação é a de favorecer aos professores que ficaram doentes e permitir fazer atividades de acordo com suas limitações descritas pela junta médica quando encaminhado para a readaptação. Contudo, o trabalho desenvolvido pelo Programa é apenas até a readaptação, não há outro meio para o professor, quando readaptado, saber se estas novas condições realmente favorecem a sua saúde. Somente uma pesquisa profunda junto a estes professores poderia indicar se isso de fato está ou não ocorrendo.

Nesse sentido, a readaptação funcional pode ser uma solução para amenizar ou até mesmo acabar com a SB, mas tem suas limitações. Estas limitações requerem novos estudos mais profundos a respeito do assunto.

5. MÉTODO

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA COLETA DE DADOS

Os dados coletados foram feitos em duas escolas públicas do DF: uma de ensino fundamental, considerada de médio porte com 32 professores efetivos e 7 com contrato temporário, sendo que 2 com jornada semanal de 40 horas e 2 com 20 horas; esta escola, segundo dados da secretaria contava na época da coleta de dados com 1.460 alunos distribuídos nas séries finais do ensino fundamental; é a segunda mais antiga escola do DF e está localizada na Asa Sul, no Plano Piloto de Brasília; a outra escola, de ensino médio é a maior escola pública do DF com quase 4 mil alunos matriculados nas três séries do ensino médio; tem esta escola 76 professores efetivos e 12 com contrato temporário, lotados na maioria no turno vespertino com turmas de 1º. ano com carga horária semana de 20 horas.

Em ambas as escolas, mais de 95% dos alunos matriculados são oriundos das diversas regiões administrativas do DF, o restante é da região do entorno do DF, cidades que pertencem ao estado de Goiás.

Segundo o último censo (2010), o Distrito Federal contava com quase 3 milhões de habitantes, hoje, estima-se que tenha 4 milhões. É a menor unidade da federação e a única que só tem uma única cidade¹: Brasília que está dividida em 37 regiões administrativa, sendo que o Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia são as maiores. O DF constava durante o ano de 2018 com 26.730 professores efetivos e 2.512 readaptados, conforme tabela abaixo

NO	N. PROFESSORES	N. READAPTADOS
014	29.197	1.632
015	28.880	1.807
016	27.831	2.039

017	26.503	2.372
018	26.730	2.512

Dados fornecidos por Alan Silva Macedo, Gerente de Sistematização e Análise de Informação e Gestão, em outubro de 2018, através do Despacho SEI-GDF SEE/SUGEP/COGEP/DISER/GSAIG de 03 de outubro de 2018, com base na LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI. Acesso em: 05 out.de 2018.

O Plano Piloto de Brasília é a terceira região administrativa mais populosa e a segunda em número de escolas públicas. O órgão gestor da educação pública do Plano Piloto chama-se Coordenação Regional de Ensino (CRE), cujo atual responsável é o professor Álvaro Matos de Souza. A CRE do Plano Piloto conta com 18 jardins de infância, 2 centro de educação infantil, 41 escolas classes, (que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental), 5 escolas parques (escolas que são oferecidos curso de teatro, artes, etc.), 22 escolas de ensino fundamental, 5 Centros Educacionais (que oferecem as séries finais do ensino fundamental e os três anos do ensino médio), 6 Centros de Ensino Médio, 3 escolas que oferecem ensino especial, 4 escolas de educação da primeira infância, uma escola profissional (a escola de música de Brasília), 6 escolas de natureza especial (Escolas que oferecem EJA, aulas de ciências naturais, educação física, etc.) e 11 escolas conveniadas².

Frente à necessidade de contato direto com os participantes pelo critério de conveniência, foi então escolhida esta CRE e estas duas escolas como alvos para a investigação. O critério de conveniência diz respeito ao fato de que primeiramente o pesquisador trabalha em uma das escolas e é também professor readaptado, além de conhecer pessoalmente a maioria dos participantes da pesquisa.

5.2. PARTICIPANTES

Foram sujeitos da pesquisa 25 professores, sendo que 14 trabalhavam na escola de ensino médio e o restante na escola de ensino médio. São professores de ambos os sexos, prevalecendo os do sexo feminino (95%), com mais de 15 anos de regência antes do processo de readaptação, de diferentes área de formação, sendo que a maioria na área de humanas (85%) e um dos participantes que quis participar não era da rede de ensino do DF, mas estava cedido para trabalhar no DF porque seu órgão de origem tinha sido extinto, sendo lotado na biblioteca da escola.

Para a caracterização da amostra foram considerados as seguintes variáveis pessoais: idade, tempo de docência, tempo de readaptação, sexo. No que diz respeito a esta última variável, a maioria era do sexo feminino, com idade média de 45 anos de idade, sendo que a idade mínima foi de 35 anos e a maior de 66 anos. A maioria tinha em média 7 anos de readaptação, enquanto que a minoria com 2 anos. Os que estavam em processo de readaptação ou em restrição laboral não participaram da pesquisa. Os professores cuja carga horária era de 20 horas, todos trabalhavam em instituições participares de ensino.

5.3. DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS

O levantamento das características da amostra foi elaborado a partir de um questionário elaborado especificamente para este estudo atendendo os objetivos a serem alcançados. Este instrumento versa sobre questões laborais e questões sociodemográficas.

Antes, porém, optamos por fazer uma observação direta dos professores readaptados, do seu novo ambiente de trabalho e das condições de trabalho.

Não optamos por utilizar uma escala de medição porque fugiria aos objetivos do estudo. Contudo, afirmamos que estudos futuros devem ser feitos utilizando uma escala para saber de fato de a readaptação funcional está de fato cumprindo com suas funções.

5.4. PROCEDIMENTOS

Foi feito inicialmente um esclarecimento de que esta pesquisa faz parte de uma outra maior – a do doutorado – e que os dados seriam confidenciais, sem identificação e que seria apenas uma amostra. E quanto aos procedimentos éticos foi realizado conforme legislação do Ministério da Saúde, resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde.

5.5. RESULTADOS

Neste estudo participaram 25 professores de duas escolas públicas do DF, dos quais 90% eram do sexo feminino com idade média de 45 anos e 25 de efetivo exercício de magistério, isto é, ficaram no mínimo 25 anos em sala de aula antes da readaptação. A maioria tinha curso de especialização (99%), sendo que quase todos eram da área de humanidades (também 99%), somente uma das professoras não tinha uma área de conhecimento específico, apenas o curso de pedagogia, mas que estava lotada nessas escolas.

Quanto ao local de residência, 80% moravam fora do Plano Piloto de Brasília. No que diz respeito ao número de filhos, 25% não tinham filhos, enquanto que 70% tinham em média dois filhos. Quanto ao estado civil, 60% eram solteiras e somente 10% eram casadas, o restante não respondeu ao questionário a respeito desse quesito. Entre os participantes, por serem solteiras (e solteiros), declaram que eram chefes da própria família e principal provedor. A média de leitura por ano era de 3 a 4 livros, e afirmaram não gostar de ler e nem queriam algum tipo de ascensão funcional fazendo curso de mestrado ou doutorado, e que a maioria dos cursos de especialização (99%) foram cursos a distância, fizeram porque além de aumentar um pouco o salário, serviam estes certificados para fins de computação de pontos para lotação na própria escola.

Algumas das professoras responderam também que tinham outra fonte de renda, como vender produtos artesanais ou produtos de revistas. A residência era própria, então os gastos que tinham eram basicamente com alimentação ou pagamento de escolas participares dos filhos, com isso, a renda líquida média era de R\$ 7.000,00. Relataram que suas fontes de lazer estavam relacionadas a passeios ao ar livre, ver televisão ou visitara parentes (90%), o restante afirmou que iam pelo menos de dois em dois meses ao cinema ou ao teatro, e se queixaram que este tipo de diversão era caro na cidade. Além do trabalho docente, desempenhavam também outras atividades remuneradas, como fabricação de semi-

joias, bijuterias e revisão de texto (quando solicitadas ou quando colocavam anúncio em algum local). Todos responderam ter uma jornada de trabalho de 40 horas e somente na mesma escola.

Não praticavam nenhum esporte, nem mesmo caminhada (80%) ou conseguiram matrícula no Centro de Educação Física do DF (CIEF) e faziam natação ou musculação (10%). Afirmaram que, quando chegavam em casa ainda tinha que fazer comida para elas mesmas ou para os seus filhos, e que quase nunca frequentavam restaurante (99%). Quando perguntados sobre se foram afastados por motivos de doenças mentais (depressão, estresse etc.) 80% responderam que sim, e que 2% foram readaptados por motivos de ordem fisiológica ou outros (12%). Estavam readaptados em média de 8 anos, e com isso, faltava pouco tempo para a aposentadoria (normal).

Quando perguntados a causa principal da readaptação funcional, responderam que sofreram violência dentro da escola (25%), depressão (5%), estresse provocado pelo próprio trabalho (35%) e que sua readaptação durou em média 2 anos, passando pelo Programa de Readaptação Funcional. Afirmaram também que a sua readaptação não foi publicada no órgão oficial do governo (DODF), mas sim oficializada pela junta médica cujo diretor do serviço médico expediu um memorando falando que o servidor estava readaptado e descrevendo algumas das funções que deveriam desempenhar agora.

Foram também indagados para aqueles cuja readaptação foi por causa de alguma doença mental, se faziam terapia. A maioria disse que não (99%) porque terapia era cara e que não pagavam nenhum plano de saúde particular. Preferiam usar medicamentos (80%) ou não compravam (20%). A único a responder que fazia acompanhamento psicoterápico afirmou que tinha plano de saúde, mestrado e que fazia terapia como forma de lidar com os problemas. Neste último caso, foi perguntado se ele sabia qual a linha teórica adotada pelo seu terapeuta e afirmou que era a cognitiva-comportamental, mas que as vezes essa pessoa misturava um pouco com psicanálise

Foi perguntado também se conheciam a terapia analítico-comportamental, e a maioria afirmou que não conhecia (99%), mas quando indagados se conheciam o Behaviorismo afirmaram que conheciam sim (100%), mas achavam que não era uma terapia, apenas uma das teorias da educação que foi vista durante o curso de licenciatura (89%).

5.6. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que os professores readaptados sofrem com a SB devido ao baixo repertório comportamental para lidar com a nova situação funcional, além de baixos reforços e enfrentam um ambiente que muitas vezes é aversivo.

Destacamos a falta de ações por parte dos órgãos competentes, especialmente a Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP) e a falta de mobilização das Gerências que lidam diretamente com os professores, como a Gerência de Cadastro e Evolução Funcional (GEVOF) e a Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor – DISER. Órgãos estes que nenhum dos professores readaptados entrevistados sabiam da sua existência ou da sua função. O único órgão que estes professores conheciam eram SIAPMED – Sistema de

Atendimento de Perícia Médica, órgão que nem pertence à SEEDF, mas sim a SEPLAG, que é da Secretaria de Economia do DF.

Em relação às variáveis demográficas, verificou-se que os professores do sexo feminino apresentaram maior exaustão emocional no qual atribuímos este fator está relacionado à dupla jornada de trabalho. A elas também além das doenças que foram adquiridas com a profissão, outras começaram a surgir como dores na coluna, fibromialgia, dores nas pernas e nos ossos uma vez que, por não terem jornada reduzida mesmo muitos tendo mais de 20 anos de profissão, tinha quem desempenhar papéis que exigiam muita mobilização. As professoras que estavam lotadas na escola de ensino médio, todas elas tinham problemas de locomoção, e muitas vezes tinham que se deslocar para o primeiro andar através de escadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de Burnout (SB) surge como um problema de ordem psicossocial e afeta diferentes profissionais não só no Brasil, mas também em quase todos os países, independente de grau de desenvolvimento. Dentre os profissionais, os professores são os mais afetados, gerando preocupação não somente das instituições governamentais, mas também em empresas privadas e até mesmo em categorias que não são consideradas trabalhadoras, como estudantes universitários. No DF, a cada ano que se passa, o número de professores adoecidos pelo trabalho tema aumentado, gerando um custo muito alto para os cofres públicos. Nessa unidade da federação, dados de 2018 indicaram que mais de 2.600 professores foram readaptados, sendo que a maioria por problemas mentais, como depressão, transtornos bipolares, e mais recentemente, pela SB.

De acordo com os resultados obtidos, ficou evidente que, mesmo readaptado, os professores continuam adoecidos e, mais grave ainda, novas doenças têm surgido nesses profissionais. Isso quer dizer que, não só no DF, mas em outras unidades da federação, os Programas de Readaptação Funcional têm que ser revistos e políticas públicas de proteção ao trabalhador tem que ser elaboradas no sentido de amenizar ou prevenir a SB, como por exemplo, promover a valorização humana no ambiente de trabalho, bem como mudanças pessoais e institucionais, mudando o estilo de vida, em especial, a qualidade nos relacionamentos e controle do estresse (BICALHO *et al.*, 2019; VASCONCELOS-ROCHA *et al.*, 2016).

Devido à falta de cuidados ou de políticas públicas para evitar a SB em professores, alguns desenvolvem estratégias de combate. Contudo, caberia às instituições o desenvolvimento e criação de estratégias para melhorar a qualidade de vida dos professores, como por exemplo, a promoção de workshops. As iniciativas até hoje foram poucas e as que aconteceram deram origem a teses e dissertações (AMARAL, 2018; LUZ-NERIS, 2018; ROSSI, 2018). Mas, uma das formas mais eficazes no enfrentamento sem dúvida são as intervenções emocionais principalmente através de suportes psicoterápicos.

Como consequência da SB todo o processo educacional fica comprometido, principalmente a sua qualidade. Professores não motivados podem afetar a aprendizagem dos alunos.

Propomos que ao ser readaptado, o professor seja inserido em um ambiente novo em que haja maior respeito e cooperação. Há também a necessidade de se elaborar projetos por parte da Instituição e pelos gestores para evitar que estes professores continuem doentes ou que sua doença possa lhe incapacitar ao ponto

de ser aposentado. Também é preciso lembrar que a readaptação funcional é um direito e uma conquista dos professores da rede pública do DF, conquista esta que ainda não foi estendida para os professores da rede particular. E um grande desafio ainda da readaptação é a questão da perda da identidade profissional provocado pelas novas funções e que muitas vezes nem são reconhecidas pelos próprios colegas.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMORAY, Miriam. Violências nas Escolas. ABRAMORAY, Miriam. Programa de prevenção à violência nas escolas. *FRACSO*, Brasil (s.d.).

AMARAL, Grazielle Alves. Escuta clinica do trabalho e re(significação) do sofrimento de professores readaptados. Tese não publicada (*Doutorado em Psicologia*). Brasília, Universidade de Brasília, 2018.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: *Boi tempo*, 2019.

BICALHO, Camila Cristina Fonseca; CARVALHO, Moisés de Vieira; LEÃO-ANDRADE, Natália Cristina; GUIMARÃES, Juliana Bohnen. O estilo de vida influencia nos índices de burnout em professores. *Brazilian Journal of Development*, 5(10), 19160-19169, 2019.

BIROLIM, Marcela Maria; MESAS, Arthur Eumann; GONZÁLEZ, Alberto Durán; SANTOS, Hellen Geremias dos; HADDAD, Maria do Carmo Fernandez Lourenço; ANDRADE, Selma Maffei de. Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1255-1264, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Título III, Capítulo 4: Do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, Ed. do Senado, 1988.

BRASILIA. SEEDF. CRE Plano Piloto e Cruzeiro. Disponível em <<http://www.se.df.gov.br/cre-plano-piloto/>>. Acesso em 15 mar. 2020.

CARLOTTO. M. S. A. Síndrome do Burnout e o trabalho docente. *Ver. Psic. em Estudo*, Maringá, v. 7 n. 1, 2002.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em professores de escolas públicas e privadas. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 26, 29-46, 2008.

CODO, Wanderley. *Educação, carinho e trabalho*. Burnout: a síndrome da desistência do educador, que pode levar á falência da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. *A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. São Paulo: LTR, 153- 157, 2017.

DEL PRETTE, ZAP; DEL PRETTE, A. Social Skills Inventory (SSI-Del-Prette): Characteristics and studies in Brazil. OSÓRIO, F.L. (org.). *Social Anxiety Disorders: from theory to practice*. Nova Iorque: Nova Science Publishers, 49-62, 2013.

EXTRA-CLASSE. *Contratação uberizada de professores por aplicativo já é realidade*. Extra-classe, Publ. 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>>. Acesso em 19 mar. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas: Autores Associados (Coleção Formação de Professores), 2004.

FARIAS, Patrícia Martins. *Condições do ambiente de trabalho do professor: avaliação em uma escola municipal de Salvador-Bahia*. Dissertação não publicada (mestrado em Saúde, ambiente e trabalho. Salvador, Bahia, UFBA, 2009.

FREUDENBERG, H.J. Staff born-out. *Jornal of Social Issues*, 20(1), 159-165, 1974.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GLENN, S.S. Contingences and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179, 1988.

GOEBEL, D. K.; CARLOTTO, M. S. Preditores sociodemográficos, laborais e psicossociais da Síndrome de Burnout em docentes de educação a distância. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(2). 295-311, 2019.

GOMES, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. A construção do campo de saúde do trabalhador: percurso e dilema. *Revista Cadernos de Saúde Pública*, 13 (suplemento 2), 21-32, 1997.

LIMA DA SILVA, Jorge Luiz; CARDOSO DE LACERDA PEREIRA, Letícia; PEREIRA SANTOS, Mariana; ALVES BEZERRA BORTOLAZZO, Pedro Antonio; GOMES DA SILVA RABELO, Thalia; AMARAL MACHADO, Emanoele. Prevalência da síndrome de Burnout entre professores da Escola Estadual em Niterói, Brasil. *Enfermería Actual de Costa Rica*, (34), 14-25, 2018.

LUZ-NERIS, Marco Aurelio. Representações Sociais da identidade docente readaptado no magistério público do DF. Tese não publicada (tese em Psicologia). Brasília, Universidade Católica de Brasília, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friederick. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boi Tempo, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boi tempo, 2011.

MEDEIROS, Rosana Carneiro Ferreira. *Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado*. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MELANDRA, Francine Neselo; SANTOS, Hellen Geremias; SALVAGIONI, Denise Albiere Jodas; MESAS, Arthur Eumann; GONZÁLEZ, Alberto Durán; ANDRADE, Selma Maffei. Violência física contra professores no espaço escolar: análise por modelos de equações estruturais. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(5), 1-12, 2018.

MELO, Sandro Nahmias. *Meio Ambiente do Trabalho: Direito Fundamental*. São Paulo: LTr, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Luis da Silva. *Representações Sociais da Síndrome de Burnout por professores do ensino fundamental de escolas públicas do Rio de Janeiro em situação de readaptação*. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro, Universidade de Sá, 2017.

NÓVOA, Antonio (1996). O passado e o presente dos professores. Nóvoa, Antonio. (Org.) *Profissão professor*. Porto, Portugal: Porto, 1996.

OLAZ, F.O. Contribuições da teoria social-cognitiva de Bandura para o treinamento de habilidades sociais (p.109-18). DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. (orgs.). *Psicologia das habilidades sociais: diversidade teórica e suas implicações*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Tatiana Moreira Rosini. A uberização das relações de trabalho. *Revista Carta Capital*, Publ. 9 ago 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/a-uberizacao-das-relacoes-de-trabalho/>>. Acesso em 19 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO *A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores*. Genebra: OIT/ Unesco, 1984.

POCHMANN, Márcio. A uberização leva à intensificação do trabalho e a competição entre os trabalhadores – entrevista. *Revista POLI: saúde, educação e trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da educação profissional em saúde*, 9(48), 16-20, 2016.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. 4.ed. São Paulo: Fundacentro/Ministério da Saúde, 2016.

RODRIGUES, Cristina Delgado; CHAVES, Laura Brandão; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores da educação pre-escolar. *Interação Psicologia*, 14(2), 197-204, 2010.

RODRÍGUEZ RAMÍREZ, José Andrés; GUEVARA ARAIZA, Albertico; VIRAMONTES ANAYA, Efrén. Síndrome de burnout en docentes. *IE Revista de investigación educativa de la REDIECH*, 8(14), 45-67, 2017.

ROSSI, Valéria Rondon. *Ser ninguém: um estudo de caso sobre readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho*. Dissertação de mestrado não publicada (mestrado em Psicologia). Brasília, Universidade Católica de Brasília, 2018.

RYAN-WENGER, N.M.. A Taxonomy of Children's Coping Strategies: A Step Toward Theory Development. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 62, pp. 256-263, 1991.

SCHMITZ, Giliane Aparecida. *Síndrome de Burnout: uma proposta de análise sob enfoque analítico-comportamental*. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento). Maringá, Universidade Estadual de Maringá, dissertação não publicada, 2015.

SILVA, Guilherme Leonardo Freitas Silva; ROSSO, Ademir Jose. As condições de trabalho docente dos professores das escolas públicas de Ponta Grossa-PR. XIV Congresso Nacional de Educação, Curitiba, Paraná, 2019. Acesso em 19 mar. 2020. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/495_536.pdf>.

SILVA, Adelson Fernandes; MATOS-MAIA, Maria de Fátima; GONÇALVES-LIMA, Celina Aparecida; GUEDES, Izulina Torres; COSTA-PEDREIRA, Karolina; SANTOS-SILVA, Diego Augusto; PETROSKI, Edio Luiz. Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, 25(2), 333-339, 2017.

SILVA, Flávia Pietá Paulo. Burnout – um desafio aos trabalhadores. *Revista Psi, Revista de Psicologia Social e Institucional*, Maringá, UEL,2(1), 2000.

SILVA, Mariana Pereira; BERNARDO, Marcia Hespahol; SOUZA, Heloísa Aparecida. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 41(23), 1-12, 2016.

SILVA, Maria Emília Ferreira. Burnout: por que sofrem os professores? *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, UERJ, 6(1), 89-98, 2006.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; BATISTA, E. P. Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 457-465, 2014.

SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento humano*. Trad. de J. C. Todorov. São Paulo, SP: Martins Fontes (Original publicado em 1953), 2003.

SOUZA, A. N. A modernização do trabalho de professores: processos de precarização e ataque ao trabalho. *36º Encontro Anual da ANPOCS*. Anais. Águas de Lindóia/SP, 2012.

SCHWARTSAMAN, Alexandre. A queda do emprego e a reforma. *Revista Veja*, 2019. Acesso em 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartsman/2018/01/1947680-a-queda-do-desemprego-e-a-reforma.shtml>>.

TITTONII, J.; NARDI, H.C. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. JACQUES, MGC. *et al.* (orgs.) *Relações sociais e ética [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70- 80, 2008.

VASCONCELOS-ROCHA, S.; SQUARCINI, C.F. Paixão-Cardoso, J, Oliveira-Farias, F. Características ocupacionais e estilo de vida de professores em um município do nordeste brasileiro. *Revista de Saúde Pública*, v.18, 214-225, 2016.

VENCO, Selma. Situação de quasi-uberização dos docentes paulistas? *Revista da ABET*, v. 17, n. 1, 2018.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? *Caderno de Saúde Pública*, 35, 2, 2019.

WHO, World Health Organization. *GAP Intervention Guide for mental, neurological and substance use disorders in non-specialized health settings*. 2010.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; RIBEIRO-PEREIRA, Sidnéia. Mulheres e professoras: repercussão da dupla jornada nas condições de vida no trabalho docente. *Educar em Revista*, editora da UFPR, n. especial 2, 359-276, 2010.
